

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E ENGENHARIAS
FACULDADE DE COMPUTAÇÃO E ENGENHARIA ELÉTRICA**

PLANO DE CURSO 2020.4

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 Curso: DIREITO E LEGISLAÇÃO

1.2 Atividade Curricular/Disciplina: LEGISLAÇÃO EM INFORMÁTICA

1.3 Professor: HIROHITO DIEGO ATHAYDE ARAKAWA

1.4 Carga Horária Total: 51

1.5 Turma: 2018

1.6 Período/Semestre: 2º SEMESTRE DE 2021

2. OBJETIVO DO CURSO:

Proporcionar uma visão ampla e atualizada do Direito e suas interligações nas mais diversas áreas da informática, com as principais alterações recentes na matéria. Buscando oferecer ao acadêmico uma visão interdisciplinar e crítica deste novo ramo do conhecimento.

3. COMPETÊNCIAS/HABILIDADES:

3.1 Competências:

- 1) identificar problemas jurídicos (casos concretos) e informáticos através de questionamentos apresentados;
- 2) diferenciar os diversos institutos jurídicos aplicáveis a informática
- 3) consultar a legislação apropriada ao andamento da informática no direito, com base no ordenamento jurídico vigente;
- 4) desenvolver respostas argumentativas que indique conhecimento teórico da matéria;

3.2 Habilidades:

Ao término do curso, o aluno estará capacitado a relacionar e aplicar esses conhecimentos teóricos nos mais diversos aspectos da área de sistemas de informação, habilitando-o a entender e desenvolver aspectos jurídicos básicos ligados ao mundo da informática.

4. EMENTA:

Introdução ao Sistema Jurídico. Fenômeno jurídico na Informática. O profissional da área da informática e o direito. A interpretação jurídica dos textos legais a partir das inovações provadas pela informática. Lei de software: Propriedade imaterial. Propriedade intelectual. Propriedade industrial. Lei de acesso não autorizado a sistemas computacionais. Governo Eletrônico: Lei de acesso à informação; Os direitos humanos (direitos fundamentais) na Constituição Federal brasileira de 1988. Inteligência Artificial e Direito.

5. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. INTRODUÇÃO AO SISTEMA JURÍDICO

- A relação entre Programação lógica computacional e textos normativos
- O direito não é apenas um conjunto de Leis.
- Interpretação das normas jurídicas
- Organização do sistema jurídico no Brasil
- Direito como organismo dinâmico e a informática como fonte catalizadora Parte I – O caso Kindle

2. FENOMENO JURÍDICO NA INFORMÁTICA

- A informática pelo olhar do jurista
- O direito pelo olhar da informática
- Informática jurídica como disciplina acadêmica
- Pontos de contato entre ambas: contratos eletrônicos, provas digitais, Marco Civil da Internet, etc.
- Direito como organismo dinâmico e a informática como fonte catalizadora Parte II – O desfecho do Caso Kindle e a SV 57.

3. PROPRIEDADE INTELECTUAL

- Dicotomia entre Direitos de Autorais e Direito Industrial

- A Lei de software e sua alocação como direitos do autor
- Proteção ao desenvolvedor
- Contratos e Licenças de uso de Softwares
- A Contrafação na era Digital

4. TUTELA DE DADOS INFORMATIZADOS

- Lei de Acesso à Informação e a Supremacia na proteção dos Direitos Humanos e Fundamentais
- Direito a privacidade
- Direito ao esquecimento

5. CRIMES INFORMÁTICOS

- Crimes próprios e crimes impróprios para a informática
- A Lei ‘Carolina Dieckmann’ e o acesso não autorizado a sistemas computacionais
- Hackers, crimes, software livre e a liberdade de expressão

6. GOVERNO ELETRÔNICO

- Informática a serviço do Estado
- Atos Administrativos Eletrônicos, Sigaa, Projudi,
- A Inteligência Artificial nas Práticas Administrativas do Poder Judiciário.
- Análise do Julgamento da Ação direta de Inconstitucionalidade (ADIN) do STF nº 3059 acerca de utilização prioritária de Softwares Livre na Administração Pública Rio Grandense do Sul.

6. RECURSOS DIDÁTICOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS:

6.1 Recursos Didáticos: Serão utilizadas aulas expositivas, exercícios simulados dialogados e simulação de um Courtroom.

6.2 Recursos Materiais: Google Classroom; e demais dispositivos e aplicativos informáticos

7. METODOLOGIA:

- 1) Aulas expositivas dialogadas;
- 2) Exercícios simulados dirigidos;
- 3) Estudo de caso e jurisprudência do STF;

4) Atividades assíncronas

8. AVALIAÇÃO:

1) A avaliação semestral será composta pelos graus obtidos em 2 avaliações individuais (Avaliação 1- A1 e Avaliação 2- A2). Tendo-se por nota final de cada discente a média resultante da soma das avaliações A1 e A2. A avaliação A1 será composta por prova individual composta por questões discursivas e objetivas acerca do conteúdo; A avaliação A2 será composta por trabalho escrito individual que relacionará o desenvolvimento de possíveis interconexões entre os conteúdos jurídicos aprendidos em sala de aula, com o tema informático de desenvolvimento do TCC do Discente, ou outro que o mesmo julgue pertinente.

9. CRONOGRAMA:

DATA	AULA	ATIVIDADE PREVISTA
1ª Aula	Apresentação do curso	Diálogo com os discentes sobre o curso
2ª Aula.	Introdução ao sistema jurídico	Aula Expositiva
3ª Aula.	Fenômeno Jurídico na Informática (Parte I)	Aula Expositiva
4ª Aula.	Fenômeno Jurídico na Informática (Parte II)	Aula Expositiva
15ª Aula.	Propriedade Intelectual (Parte I)	Aula Expositiva
6ª Aula.	Propriedade Intelectual (Parte II)	Aula Expositiva
7ª Aula.	1ª Avaliação	Avaliação Teórico-Profissional individual
8ª Aula.	1ª Avaliação – 2ª chamada.	Avaliação Teórico-Profissional individual
9ª Aula.	Crimes Informáticos	Aula Expositiva
10ª Aula.	Espaço de Tutoria aos alunos para temas e ideias na 2ª Avaliação	Tutoria
11ª Aula.	Tutela de Dados Informatizados (Parte I)	Aula Expositiva
12ª Aula.	Tutela de Dados Informatizados (Parte II)	Aula Expositiva
13ª Aula.	Governo Eletrônico (parte I)	Aula Expositiva
14ª Aula	Governo Eletrônico (parte II)	Julgamento Simulado Courtroom. Caso STF.
15ª Aula.	2ª Avaliação	Avaliação Teórico-Profissional individual
16ª Aula.	Termino da Disciplina	Entrega do resultado das avaliações

10. REFERÊNCIAS:

ABBOUD, George; CARNIO, Henrique Garbellini; OLIVEIRA, Rafael Tomaz de. Introdução ao Direito. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo; CASTRO, Aldemario Araujo Castro. Manual de informática jurídica e direito da informática. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

BRASIL. Lei nº. 9.609/98. Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº11.419/06. Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº12.527/2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº12.527/2011. Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº. 12.965/14. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.

BRASIL. Lei 13.853/2019. Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados; e dá outras providências.

CASTELLS, Manuel, The network society: A cross-cultural perspective. Northampton: Edward Elgar, 2004.

CEZAROTI, Guilherme. ICMS no comércio eletrônico. São Paulo: MP, 2005.

FIORIGLIO, Gianluigi. Temi di informatica giuridica. Roma: Aracne, 2004.

GARCIA, Dinio de Santis. Introdução à informática jurídica. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1976.

LEONARDI, Marcel. Fundamentos de Direito Digital. São Paulo, Revista dos Tribunais. 2019.

LUÑO, Antonio-Enrique Pérez. Manual de informática y derecho. Barcelona: Ariel, 1996.
PAIVA, Mário Antônio Lobato de. Primeiras linhas em direito eletrônico. Revista de Derecho y Nuevas Tecnologías Alfa-Red, 2003.

PASCUZZI, Giovanni. Il diritto dell'era digitale: Tecnologie informatiche e regole privatistiche. Bologna: Il Mulino, 2006.

PINHEIRO, Patricia Peck. Direito digital. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

RIEM, Wolfgang Hoffmann, Teoria Geral do Direito Digital, Rio de Janeiro: Forense. 2020

STRARO, Sergio. I crimini informatici: Dottrina, giurisprudenza ed aspetti tecnici delle investigazione. Camerino: Halley, 2006.

SARTOR, Giovanni. Corso di informatica giuridica: L'informatica giuridica e le tecnologie dell'informazione. Torino: Giappichelli, 2008.

_____. Intelligenza artificiale e diritto: Un'introduzione. Milano: Giuffrè, 1996.

_____. Le applicazioni giuridiche dell'intelligenza artificiale: La rappresentazione della conoscenza. Milano: Giuffrè, 1990.

TEIXEIRA, TARCÍSIO. Direito Digital e Processo Eletrônico. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

ZICCARDI, Giovanni. Manuale breve di informatica giuridica. 2 ed. Milano: Giuffrè, 2008